



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2019

ANEXO II

Receita Corrente Líquida (RCL)

(LRF, art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	2019 (R\$)	2020 (R\$)	2021 (R\$)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>R\$ 229.451.298,82</b>	<b>R\$ 239.879.243,07</b>	<b>R\$ 251.392.466,66</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 33.663.064,95	R\$ 35.009.627,55	R\$ 36.410.052,55
IPTU	13.420.274,90	13.957.085,90	14515369,33
ISS	9.538.280,89	9.919.812,13	10316604,61
ITBI	3.106.480,00	3.230.739,20	3359968,77
IRRF	2.748.760,79	2.858.711,22	2973059,67
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.849.268,37	5.043.279,10	5245050,17
Contribuições	10.600.990,69	11.166.712,73	11763916,16
Receita Patrimonial	<b>25.083.484,51</b>	<b>28.481.791,19</b>	<b>32.195.876,15</b>
Rendimentos de Aplicação Financeira	24.894.074,31	28.284.804,59	31.991.010,08
Outras Receitas Patrimoniais	189.410,20	196.986,60	204.866,07
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	284.330,35	295.703,57	307531,71
Transferências Correntes	<b>R\$ 157.813.570,42</b>	<b>R\$ 162.817.339,90</b>	<b>R\$ 168.912.540,16</b>
Cota-Parte do FPM	34.656.644,53	36.042.910,31	37.484.626,72
Cota-Parte do ICMS	36.000.000,00	37.440.000,00	38.937.600,00
Cota-Parte do IPVA	8.923.991,85	9.280.951,52	9.652.189,58
Cota-Parte do ITR	3.132,49	3.257,79	3.388,10
Transferências da LC 87/1996	220.302,24	229.114,33	238278,91
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	57.744.696,66	60.054.484,53	62.456.663,91
Outras Transferências Correntes	20.264.802,65	19.766.621,42	20.139.792,94
Outras Receitas Correntes	2.005.857,90	2.108.068,13	1.802.549,93
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>R\$ 22.769.897,37</b>	<b>R\$ 23.822.375,67</b>	<b>R\$ 24.925.805,61</b>
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	R\$ 6.822.666,96	7.237.256,05	7.677.281,21
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	R\$ 451.646,71	469.712,58	488.501,08
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	R\$ 15.495.583,70	16.115.407,04	16.760.023,32
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>R\$ 206.681.401,45</b>	<b>R\$ 216.056.867,40</b>	<b>R\$ 226.466.661,05</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda / 29/09/2018

**Notas:**

\* Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais (RREO pág. 169).

\* Portanto, as receitas intra-orçamentárias (contrapartida da modalidade 91) deverão ser excluídas do cálculo por caracterizarem duplicidades, uma vez que representam operações entre entidades integrantes do mesmo orçamento fiscal e da seguridade social. Ou seja, as receitas intra-orçamentárias não poderão ser computadas nas linhas referentes às receitas correntes brutas e também não poderão ser deduzidas. Nesse contexto, a contribuição patronal para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, por configurar uma duplicidade, não será computada na linha Receita de Contribuições e não será deduzida. Por outro lado, a contribuição dos servidores para o RPPS será computada na linha Receita de Contribuições e será deduzida. (RREO, pag. 170).

\* As receitas, em todos os seus detalhamentos, deverão ser registradas pelo seu valor líquido de deduções (restituições, descontos, retificações e outras). (RREO, pág. 173).

\* Para tanto, deve-se, prudentemente, evitar que receitas de caráter temporário, tais como royalties, dêem margem à criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, tais como despesas com pessoal, em nível incompatível com o equilíbrio das contas públicas quando essas receitas cessarem. (RREO, pag. 175).

*bl m*